

**V Encontro Nacional sobre o Ensino de Sociologia na Educação Básica  
23 a 25 de julho de 2017**

**Grupo de trabalho: “Percepções, representações e situações de violência  
no ambiente escolar e seu entorno social.**

Título:

**Quando a escola vira cárcere: notas para um estudo  
dos controles de fluxos de pessoas na rede pública de  
ensino através do uso de trancas, grades e cadeados**

**Marcos Alexandre Verissimo da Silva**

**INCT-InEAC / UFF - Instituto de Estudos Comparados em Administração  
de Conflito, UFF - Universidade Federal Fluminense**

## **Quando a escola vira cárcere: notas para um estudo dos controles de fluxos de pessoas na rede pública de ensino através do uso de trancas, grades e cadeados.**

### **1. Introdução.**

Era o início da década de 1990, cidade de São Gonçalo, na chamada região metropolitana do Rio de Janeiro. Eu e meus amigos éramos alunos matriculados no “Segundo Grau” – como se chamava à época o atual Ensino Médio – na rede pública estadual de ensino. O início da vida adulta, a perspectiva de entrar para uma universidade, e o ingresso no mercado de trabalho eram realidades que se avizinhavam rapidamente para aqueles que já chegavam ao final desta etapa escolar.

Esta escola, por sua vez, está localizava na vizinhança de praças e outros aparelhos sociais, e de um campus universitário da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Naquela época, era comum usarmos as quadras poliesportivas da universidade para jogar futebol quando a quadra do colégio estava ocupada com as aulas de educação física ou outras atividades. Aliás, o fluxo dos alunos entre a escola, a UERJ e a rua era livre, ou seja, os portões da escola ficavam abertos, de modo que era comum, por exemplo, irmos à padaria para lanche no intervalo das aulas.

Havia um profissional, aprovado em concurso público para exercer o cargo de “inspetor”. Para identificá-lo no presente texto, usarei o pseudônimo Erasmo<sup>1</sup>. Sua função era manter a ordem no interior da escola, no pátio, e exercer o trabalho de vigilância sobre os alunos, atuando diretamente no controle dos comportamentos. Nos casos em que ocorriam conflitos, este era o principal profissional da escola a atuar na administração destes. Por isso, por vezes tinha que ser duro ao repreender publicamente comportamentos tidos como abusivos, mas geralmente era agradável e brincalhão com os alunos. E principalmente, Erasmo, de algum modo, sempre parecia saber onde estavam os estudantes, a despeito da existência do livre fluxo entre a escola e a rua. Do

---

<sup>1</sup> Este e todos os nomes próprios que aparecem aqui são igualmente pseudônimos criados pelo autor.

balcão onde costumava se posicionar, na porta da escola, que ficava aberta, o inspetor sempre sabia quais alunos haviam ido à padaria, ou quais preferiram comprar salgadinhos na *barraca*<sup>2</sup> que ficava no campus da UERJ, e também os que iam fazer piquenique no morro que ficava atrás da escola, os que saiam porque não queriam ficar na aula etc.

Fazia parte de seu trabalho até mesmo estar atento aos casais que se formavam entre alunos da escola em busca de lugares mais ermos entre os fundos da escola, os fundos da faculdade, e o morro, que na época já era representado como lugar onde havia “bandidos”. Por isso Erasmo chamava atenção destes pares sobre os perigos que, segundo ele, poderiam estar correndo. E sabia fazer isso com propriedade, de modo profissional, como responsável pela segurança dos alunos, não como alguém que quisesse se intrometer na vida particular das pessoas. Era também o inspetor quem dava informações e orientações a pessoas em geral, bem como mães e pais de alunos, que procuravam a direção ou a secretaria da escola.

Além de exercer institucionalmente o papel de administrador de conflitos na escola, Erasmo exercia ainda – unicamente pelo prazer de participar – a função de árbitro das partidas de futsal que compunham o campeonato da escola, que era disputado entre os times formados nas turmas, impondo ali também a sua autoridade como “juiz” das partidas, quando tinha que decidir sobre lances controversos e polêmicos. Este campeonato era anual, e mobilizava bastante gente, tanto os que participavam disputando o título na quadra por suas turmas, como quem ia assistir.

A organização da competição, que durava cerca de dois meses, com jogos todos os dias no intervalo entre o turno da manhã e o turno da tarde, era quase que inteiramente feita pelos alunos, através do Grêmio Estudantil da escola, e contava com a ajuda de Erasmo. Os professores não participavam. Os jogos finais eram disputadíssimos, por isso alguma força desmedida era eventualmente usada, visto que a disputa se acirrava entre sujeitos que perseguiram a glória de ser um craque local da escola. Se considerarmos o lugar marcante que o futebol, no caso o saber jogar futebol amador ao nível de

---

<sup>2</sup> Pequeno estabelecimento comercial montado de maneira improvisada com madeira, tendo uma lona como teto, e que se localizava próximo ao colégio e ao estacionamento da universidade.

colégio, ocupava (GUEDES: 1998), era coerente que o inspetor fosse chamado para o papel de árbitro (ou “juiz”, se usarmos a linguagem corrente daqueles que acompanham jogos de futebol). Era como se o papel que desempenhava institucionalmente na escola, e sua habilidade em desempenhá-lo de forma amistosa (embora firme, quando preciso), o levasse a ser o nome obvio para arbitrar, administrando os conflitos esportivos entre jovens de 14, 15, 16, 17 anos, alguns um pouco mais velhos. Rapazes ávidos por novas experiências e algum reconhecimento social e diante de platéias lotadas. Assim foi nos anos de 1989, 1990 e 1991, época em que eu e outros amigos passamos por aquela escola como alunos.

Se trago para este trabalho a memória de uma escola que eu freqüentei há quase trinta anos, evidentemente que não é por mero saudosismo. Acontece que em 2013, passei a exercer nesta escola a função de professor de sociologia e filosofia. Desde o ano de 2005, trabalho como docente na rede estadual. Mas com a transferência de minha matrícula para esta escola, eu voltava como professor depois de ter saído 22 anos antes como aluno. Como era de se esperar, muita coisa está mudada em relação àqueles tempos na escola, assim como, por outro lado, outras tantas parecem continuar do mesmo jeito.

A proposta deste trabalho se fundamenta nas inquietações sociológicas que me surgiram ao notar uma mudança em particular, na arquitetura e nas práticas e políticas de controle dos fluxos de alunos, professores e outros sujeitos da comunidade escolar. Estou falando de portão fechado e fluxo interrompido, com ou sem a figura do “porteiro”<sup>3</sup>, onde antes havia portão aberto, fluxo livre e vigiado, e o balcão do inspetor, com ele ali ou não, mas sempre por perto. Refiro-me a grades com correntes grossas e cadeados em lugares onde antes não havia, como entre corredores e escadas. As salas de aula, que na época que eu era aluno ficava abertas no horário do recreio, agora têm que permanecer fechadas à chave nos momentos em que não há aulas em seu interior. Nos dias atuais não se usa mais o termo “inspetor”, e o nosso amigo não está mais lá.

---

3 Profissional que não havia naquela escola no início dos anos 1990.

## 2. Práticas de controle social dos comportamentos na escola.

Com Erasmo longe daquela escola e gozando de sua aposentadoria, a função que ele exercia hoje fica a cargo e Anita, que não é chamada de inspetora, e sim de “coordenadora de turno”, embora o cargo para o qual fizera concurso tenha sido o de “inspetor escolar”. Mas esta mudança informal nos termos do cargo não é mais importante do que a mudança na natureza da função. Anita está sempre às voltas com molhos de chaves, cadeados e correntes. Quando as aulas vão iniciar, ela percorre os corredores da escola para abrir as salas de aula para que alunos e professores possam entrar nas mesmas. E estes, não raro, no caso de estarem esperando na última sala a ser aberta por ela, passam longos minutos esperando no corredor para que a atividade docente comece.

Certo dia, durante uma aula, demorou alguns poucos minutos além do toque do sinal da escola para eu dar por concluída uma discussão com os estudantes. Finda a mesma, a turma saiu para o recreio e Anita esperava um tanto impaciente, na porta, para fazer o seu trabalho, que era fechar a sala para que assim ficasse durante aquele intervalo. Enquanto arrumava meu material na bolsa sob seu olhar, aproveitei para perguntar a ela por que lhe era cobrado tanto esmero nessa tarefa. Sua resposta foi como a de quem fala uma obviedade, estranhando que isso lhe fosse perguntado: *“É porque senão somem as coisas dos alunos”*, e logo em seguida completou: *“É também pra eles não ficarem se pegando dentro da sala”*<sup>4</sup>.

Saí dali pensando em suas palavras, o que me fez lembrar de quanto eu era aluno, e me dei conta que essas coisas (furtos e encontros clandestinos nas salas) também aconteciam com uma considerável frequência na virada entre as décadas de 1970 e 1980. Contudo, nem por isso o controle era feito da mesma forma. Por outro lado, observações atentas indicam que tais práticas não levaram a um controle mais eficiente daquilo que discursivamente se propõem coibir. Os relatos de furto por parte de alunos ainda são comuns, bem

---

<sup>4</sup> “Se pegar”, neste caso, quer dizer que pares de alunos se formavam e procuravam o interior das salas de aula para namorar com relativa privacidade.

como a busca bem sucedida dos casais por recantos no interior da escola (a exemplo dos banheiros) onde contatos mais íntimos – justamente o que a escola busca eliminar – possam acontecer.

Em trabalho anterior (VERISSIMO: 2015), relato um incidente ocorrido em outra escola que trabalhei na cidade de São Gonçalo, em que a despeito do cuidadoso controle também feito através do trancamento das salas de aula no recreio, alunos foram filmados em sexo oral no interior de uma delas. Os “cinegrafistas” difundiram as imagens na internet, e isso acabou custando o cargo do diretor. Algo deu errado no controle, e isso não é um fato isolado. Isso me fez pensar, de alguma forma, que pudesse haver outros fatores (não declarados) presentes nestas mudanças da arquitetura da escola e nas formas de regular o fluxo das pessoas.

Tais mudanças não acontecem somente na escola a qual me refiro. Ao contrário, se configuram como um padrão em toda a rede pública fluminense. Afirmando isso com base em minha experiência na rede, incluindo a atuação em outras unidades escolares. Mudanças significativas aconteceram entre o tempo em que eu saí daquela escola como aluno e o dia em que voltei na qualidade de professor e que ensejaram outra forma de se conceber os controles de fluxo das pessoas, bem como a natureza do trabalho dos profissionais em tal tarefa empregados. Anita, assim como Erasmo, demonstra muita empatia no trato com os alunos e com os professores. Os dois ocupam lugares correspondentes na mesma escola, com um longo espaço de tempo a separá-los. Sendo que enquanto Erasmo controlava os fluxos principalmente através da observação dos movimentos dos alunos, o trabalho de Anita consiste em controlar os fluxos principalmente através da monopolização da posse de dispositivos que permitem ou vedam tais movimentos: chaves, cadeados, correntes.

Segundo a própria Anita me disse, por mais contraditório que isso possa parecer, ela retém os fluxos *“para que as coisas possam andar na escola”*, ou seja, para que a unidade de ensino funcione. Sem um controle dessa natureza, ela afirma, claramente generalizando, *“os alunos vão embora”*, querendo com isso argumentar que, embora ter aulas pra assistir e uma escola pública para operacionalizá-las seja um direito que as pessoas na chamada idade escolar têm, não é exatamente desse modo que a grande maioria dos estudantes vivenciam sua experiência naquele lugar. Mas como é que eles vivenciam?

Como o exercício de um direito ou como a imposição de uma obrigação? Estas questões estiveram o tempo todo norteando a pesquisa que deu origem ao presente trabalho, e certamente sua elucidação não cabe neste *paper*, de modo que fará parte das propostas de futuros trabalhos.

Para o presente, cabe colocar que esta forma de administração dos espaços escolares aqui brevemente descrita já se tornou tão naturalizada que, no ano de 2016, quando várias escolas no Rio de Janeiro e no Brasil foram ocupadas por alunos, o funcionamento das unidades escolares foi radicalmente subvertido durante as ocupações, mas definitivamente não com relação a isso. As chaves e a abertura do portão de entrada foram alvo de rigoroso controle durante a ocupação de uma escola na cidade de São Gonçalo que foi *tomada*, e a qual tive a oportunidade de visitar naquela época (VERISSIMO: 2016).

Em maio de 2017, participei do *I Encontro Internacional da Rede Escola Pública e Universidade*, na Universidade do ABC Paulista, em Santo André. Ali, ocorreu a expressiva participação de alunos do ensino básico de vários lugares do Brasil, com presença marcante daqueles que participaram deste movimento político original que foi a ocupação de unidades escolares do ano anterior. Uma coisa que me chamou atenção no depoimento de mais de um deles foi o fato de afirmarem que, durante as ocupações, um dos papéis mais centrais, e que conferiam a seus atores um *status* diferenciado, superior, era o de “porteiro”, da pessoa que controla as chaves e os cadeados. Isso em escolas controladas por alunos.

Tais práticas, como não poderia deixar de ser, têm as suas teorias, muitas vezes difundidas, não por intelectuais que se ocupam com as questões da educação, ou das escolas, mas por operadores da área da segurança pública. Estudioso de tais arquiteturas que podem vir a servir para controle de fluxos e prevenção de delitos, além de Especialista em Políticas Públicas de Justiça Criminal e Segurança Pública pela Universidade Federal Fluminense, Marcos Antonio Amaro faz uma reflexão sobre o conceito de “Prevenção do Crime Através da Arquitetura Ambiental”, ou simplesmente PCAA. Amaro, que também é Coronel da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, com base em tais teorias, define três categorias de “*fiscalização do ingresso de pessoas ou coisas em determinado lugar*” (AMARO: 2005, p.46). A saber:

1. O *controle organizado*, executado através da contratação de guardas de segurança para exercê-lo;
2. O *controle mecânico*, que ocorre pela construção de paredes, grades ou da colocação de trancas e cadeados;
3. O *controle natural*, que define espaços que possam ou não ser utilizados, levando em consideração as características físicas naturais do ambiente. (AMARO: 2005, p. 46)

A tese defendida por Amaro em seu livro é a de que o terceiro modo (*natural*) é o mais apropriado em políticas públicas de urbanismo para o melhor enfrentamento de atos delituosos nas cidades contemporâneas. Porém, a tipologia estabelecida por ele pode ser também útil para ajudar a pensar as questões aqui postas, uma vez que incorporando tais definições, podemos afirmar que a diferença que percebi ao chegar, pouco mais duas décadas depois, como professor, na escola que eu conhecia como aluno, foi a substituição de um modelo de *controle natural* pelo *controle mecânico*. Em algum momento, entre a década de 1990 e a de 2010, se convencionou que este último era mais apropriado. Claro que no tempo de Erasmo havia também escolas da rede pública que mantinham seus portões fechados, e é muito provável que estas fossem maioria. Contudo, a questão é que o consenso atual em torno do modelo de *controle mecânico*, estabelecido em toda a *rede pública* de escolas, torna impensável que Anita ou qualquer outro profissional como ela faça hoje seu trabalho da mesma maneira que Erasmo fazia.

Um elemento que coloca estes modelos atuais de controle sob questão é algo corriqueiro, que acontece com bastante frequência nas unidades escolares da *rede pública*: a ocorrência de aulas vagas. Há aula vaga todas as vezes que, por motivos que podem ser variados, não houver o encontro marcado em uma determinada hora, na escola, entre professor e turma. Pode ocorrer isso de maneira imprevista, como quando o docente não comparece, ou estruturante, como nos casos em que não há o profissional para ministrar as aulas em uma determinada disciplina, fato que não é incomum, nesta e em outras escolas públicas. Quando as aulas vagas são as últimas do horário daquela turma naquele dia, não há problema, porque manda-se os alunos para casa, e aqueles alunos que eventualmente queiram ficar pelo pátio (para esperar um amigo de outra turma ou por outro motivo) são geralmente classificados como um elemento potencialmente perturbador da ordem. Se for



alguém reconhecido por comportamentos inadequados anteriores, certamente terá sob si o olhar atento não só de Anita, mas também dos funcionários da limpeza.

Porém, quando a aula vaga é no meio, casos em que os alunos têm que aguardar na escola o tempo da aula vaga para assistir outras em tempos posteriores, é que o trabalho de Anita pode se tornar tenso e estressante, segundo ela. A sala de aula tem que ficar fechada a chave, e os alunos confinados entre grades que cercam o pátio, a biblioteca e o jardim, por onde podem circular, e apartados da parte mais exterior da escola, que dá acesso à quadra de esportes e à rua. Se falarem alto, atrapalham as aulas das outras turmas. Anita então circula por onde os alunos estão, de modo que sempre se encontra conversando com um grupo enquanto mantém o olhar atento ao redor, exatamente como fazia Erasmo. Mas o grupo que precisa controlar está confinado, coisa que não acontecia antes, e isso parece fazer toda diferença. Muitas vezes brigas ocorrem entre alunos, e muitas vezes Anita tem dificuldades em administrar os conflitos porque quando eles eclodem ela é parte deles, porque os conflitos decorrem dos alunos se posicionarem contra os controles e enclausuramentos que ela, por dever de ofício, acaba personificando.

E quase sempre a tensão que tais conflitos geram é levada para dentro da sala de aula. Foi o que aconteceu comigo, certa tarde de uma sexta-feira, em que os alunos, por conta da falta de professores, haviam ficado esperando enclausurados na escola para terem aula comigo, das 13:00 às 16:40. A direção da escola havia antes entrado em contato por telefone, perguntando se eu poderia chegar antes na escola, para que pudessem ter logo a aula e irem embora. Acontece que eu estava em uma reunião de trabalho, o que impossibilitava o plano da direção. Os alunos sabiam do contato da diretora comigo, de modo que, quando cheguei no horário regulamentar para dar aula, ainda me fizeram cobranças por não ter conseguido chegar mais cedo.

Dado o grau de excitação que alguns alunos daquela turma apresentaram naquele dia, tive dificuldades. Uma das alunas, Sandy, estava incontrolável, não conseguia ficar parada e sua voz estava estridente. O tempo todo minha voz era abafada pelos barulhos que vários alunos faziam, mas principalmente pela voz Sandy. Quando a situação se tornou insuportável,

mudei o tom de voz e convoquei a turma inteira (sem individualizar) para uma conversa séria sobre o comportamento deles naquele momento. Minha fala foi dura, e o que eu disse pra concluir a conversa e continuar a aula foi mais ou menos o seguinte: *“Já fiz a chamada, então, se tem alguém que não quer ficar aqui eu proponho que vá embora. Já está com a presença garantida no diário [eu já havia realizado a chamada nominal]. O que não pode é ficar aqui atrapalhando a aula. Por isso, pode ir que eu não vou nem ficar zangado!”*.

Após estas palavras, apenas Sandy se levantou e deixou a sala. E o que eu havia dito, ao que me parece, foi perfeitamente entendido pelos alunos, de modo que o burburinho cessou e pude continuar a aula. Instantes depois, a porta da sala foi aberta por Anita, que trazia ao seu lado Sandy. *“Professor, não é assim que funciona!”* – me disse, secamente. Então eu argumentei com ela que sabia que não é assim que funcionava, mas que havia feito aquilo no intuito conseguir continuar com a aula, e me desculpei. Sandy retomou seu assento com a cara furiosa, e, depois que Anita foi embora, outro aluno disse o seguinte: *“Professor... ela só quer mandar na gente!”*, referindo-se a Anita, ao que eu respondi: *“Mas ela manda mesmo!”*, e já partindo para a jocosidade, me dirigi a Sandy e perguntei: *“Fala aí... quem é que manda aqui na escola?”*. *“Anita!”*, foi sua contrariada resposta, seguida da gargalhada da turma.

Depois disso, ela e todos nós nos comportamos razoavelmente bem, de modo que a aula foi dada como planejado. Sandy nunca mais demonstrou aquele tipo de comportamento, e aquela turma costuma se comportar de maneira mais apropriada do que se apresentaram naquele dia. Ao empregar boa parte de seus recursos humanos (inspetores, porteiros etc.) na complexa tarefa de enclausurar pessoas que pensam estar ali por uma obrigação, e não exercendo um direito, a escola acaba adotando práticas comuns ao cárcere. Praticamente inexistente uma discussão crítica sobre o tema. O que teria acontecido com as escolas e suas adjacências para que tal realidade se tornasse, nos últimos anos, tão naturalizada?

### **3. Violência, criminalidade, segurança.**

No intuito de tentar dar conta da pergunta que conclui a seção anterior, gostaria de começar trazendo para esta discussão o trabalho de Maria Eloisa Guimarães, intitulado *“Escola, galeras e narcotráfico”*. Trata-se da publicação em livro de uma tese de doutorado em educação defendida na PUC-Rio em 1995. A proposta da autora é discutir as conexões que se intensificavam à época, no seu entender, entre a escola pública e situações de violência, tanto as oriundas da ação de grupos de criminosos praticando o comércio clandestino de “drogas” no entorno, quanto grupos de alunos com base em referências territoriais que brigavam entre si. Os dados foram construídos através de trabalho de campo, entre 1991 e 1992, realizado em uma escola no bairro de Jacarepaguá, na cidade do Rio de Janeiro.

Segundo sua descrição, a adesão cada vez mais maciça de alunos daquela escola nas gangues de jovens que se envolviam em brigas, bem como relações de vizinhança com grupos de *“narcotraficantes”* são elementos que vão fazendo a escola se fechar cada vez mais, na evitação de tais elementos externos e tidos como causadores de conflitos que são contraproducentes com os objetivos educativos da escola. A tese da autora é a de que o caso particular da escola que ela descreve é parte de um movimento generalizado em toda a cidade, e que começava a se intensificar fortemente naquela época, que vem a ser a mesma em que Erasmo fazia seu trabalho com a escola de portões abertos em São Gonçalo.

Quando fazia a interpretação desse material, chegou-me ao conhecimento um fato relevante: a guerra entre dois dos morros locais tornara-se declarada. Em agosto de 1993, os bandidos de um dos morros chegaram a esconder armamentos pesados nos bueiros da escola, sem que fossem percebidos, acondicionados em sacos de aniagem. Em um determinado dia, quando da entrada dos alunos, a diretora viu-se repentinamente às voltas com a invasão do estabelecimento por homens fortemente armados em busca das armas ali guardadas. Assustada após sua retirada, mandou cimentar as tampas dos bueiros. (GUIMARÃES: 1998, p. 60)

Tal movimento é tratado pela autora como um cerco que vai se fechando em torno da escola. O sociólogo Michel Misse, em seus estudos, por sua vez, propõe a noção de *“acumulação social da violência”*, segundo a qual o nível de perigo e imprevisibilidade vivenciado pelos cidadãos em suas interações nos espaços públicos não surgem do nada, e sim a partir de níveis anteriores e naturalizados de perigo e imprevisibilidade. Além disso, embora a autora use a categoria “guerra”, tais fenômenos e seus efeitos de violência estão imbricados

na lógica de mercados hiper lucrativos (os das armas e os das drogas ilícitas), mas também o da oferta de segurança, onde o preço cobrado tende a ser diretamente proporcional ao nível de perigo vivenciado no âmbito das representações sociais.

A tradicional violência da polícia carioca começa a atravessar etapas de acumulação que competem com a do banditismo urbano: o esquadrão criado por Krueel em 1958, o aparecimento de novos esquadrões no início dos anos 60, a criação dos “Homens de Ouro” em 1964 e a “Scuderie Le Cocq” em 1962, a matança de bandidos em Caxias e no Rio em 1963, documentada por Santos Lemos no livro “Sangue no 311”, de 1967, os rótulos jornalísticos aplicados às chacinas de bandidos, atribuídas ao “Mão Branca” e a outras alcunhas macabras (“Rosa Vermelha”, “Lírio Branco” etc.), entre 1964 e 1971, a proliferação da “polícia mineira” na Baixada, na década de 70, documentada por Percival de Souza (...) são ainda hoje importantes referências dessa história. (MISSE: 2006, p. 173)

Assim, em uma trajetória acumulativa, o que ocorria na escola em Jacarepaguá no início da década de 1990, embora fosse inquietante para a pesquisadora e para os encarregados de gerir ali políticas escolares, se coloca como parte deste processo analisado por Misse. O aumento do sentimento de estar em perigo, se assentando sobre as bases da naturalização de situações de perigo anteriores. E como é que aquela escola, naquela época, respondeu institucionalmente a tal movimento?

Em conseqüência do processo descrito, à medida que o cerco se intensificava, a Escola Municipal Oeste foi se enclausurando, gradeando pátios, colocando correntes e cadeados em portas e portões, em uma verdadeira réplica do que ocorre hoje na cidade do Rio de Janeiro. (...) A escola havia se reorganizado para conter, nos espaços internos, todas as atividades programadas. (GUIMARÃES: 1998, p. 62)

Este quadro não é uma particularidade do universo da escola do bairro de Jacarepaguá, e naquele momento esses modelos arquitetônicos começam a se generalizar não só na cidade do Rio de Janeiro, mas também em sua chamada região metropolitana, a qual a cidade de São Gonçalo faz parte. No trabalho de Guimarães, podemos observar ainda a forma como as pessoas naquela escola foram incorporando as novas regras, e convencidas de que era aceitável abrir mão de boa parcela de liberdade em nome de alguma segurança, em um cenário em que esta aparece representada como um bem cada vez mais raro, e por isso hiper valorizado.

Os estudantes tiveram reações diferentes com relação ao fechamento da instituição, a maioria apoiando-o e exigindo medidas ainda mais rigorosas: “teria

que aumentar este muro, botar portões, fazer com que isso aqui ficasse um lugar tipo fechado, sabe, assim tipo prisão... é assim”. Os mais radicais ainda diziam que “os aviãozinho ainda tão vindo pra cá, aprontando. A escola tá muito aberta ainda. Bota mais cadeado nessa porta, manda subir esses muro, tem que botar grade...” (GUIMARÃES: 1998, p. 69)

E assim o modelo de controle *mecânico* dos fluxos e comportamentos em escolas da *rede pública* é atualizado caso a caso, em cada unidade escolar. Na escola na qual me baseio para este trabalho é uma causa recorrente de conflitos, que irrompem dentro e fora da sala de aula. Além disso, por mais fechada que esta escola se encontre, isso não garante a almejada segurança. Mais de uma vez aconteceu de eu estar dando aula e esta ser interrompida em razão de tiroteio no morro que fica atrás da escola, coisa que nunca havia ocorrido na época que eu era aluno. Como já disse, tráfico de drogas e presença de “bandidos” eram realidades já existentes naquele lugar no início da década de 1990, mas o incrível aumento do poder bélico das pessoas que exercem ali suas atividades criminosas, bem como o medo que são capazes de causar nas pessoas, é algo que se observa empiricamente nos dias atuais. É um dado.

#### 4. Os desafios da universalização da oferta escolar.

Como vimos, a forte sensação de que a escola está cercada por perigos reais e difusos leva à “verdade” assim construída segundo a qual a melhor forma de lidar com isso é através do chamado *controle mecânico* com suas trancas, chaves e enclausuramentos. Contudo, tal consenso é posto à prova a cada conflito que acontece, e por vezes reafirmado em razão de sinistros de várias naturezas. Foi o que aconteceu em junho de 2017, quando uma professora teve o carro furtado no estacionamento, que fica na parte mais exterior da unidade escolar, cujo acesso era dado através de um portão que vinha ficando sempre aberto. Assim que a notícia começou a circular a partir de um grupo no aplicativo Whatsapp que reúne corpo docente, direção e coordenação, as manifestações foram as mais variadas, mas em resumo quase sempre exprimindo perplexidade diante do que parecia absurdo ou denunciando que o território da escola estava cercado de perigos.

A comunicação do furto no aplicativo foi feita pela diretora geral da escola, nos seguintes termos:

*“A notícia que tenho pra dar agora é triste e preocupante, porém é a realidade então podemos mascarar... O carro da nossa amiga, a professora Marisa, foi roubado hoje à tarde dentro do estacionamento da escola. Ela lamentavelmente, não o encontrou no final de seu expediente de trabalho. Peço à todos que neste momento, triste e tenso, se solidarizem com a mesma. O sistema de câmeras da unidade escolar não funciona desde a gestão anterior, que não conseguiu realizar a manutenção. E durante a minha gestão, infelizmente, não houve nenhuma oportunidade para realizar também”.*

*“Temo que isso se torne recorrente...”*, disse um professor em resposta ao comunicado, e logo em seguida concluiu: *“Agora ficou provado que estamos vulneráveis na escola”*. Outra professora disse o seguinte: *“Lamento muito pelo ocorrido. Infelizmente nos tornamos reféns da violência e do descaso das autoridades”*. A diretora geral respondeu que está tentando amenizar estas dificuldades, ao mesmo tempo em que reclama que *“sem recursos humanos é complicado”*. O portão estava permanecendo aberto desde que o funcionário que o controlava para a passagem dos veículos e via quem entrava e saía, deixou os quadros do colégio, desde o ano anterior. Era contratado através de uma firma que parou de prestar serviços ao Estado supostamente por falta de recursos para o seu pagamento.

E os desabafos continuam no âmbito do aplicativo. *“Nossa, muito triste mesmo! Ano passado já passei por um susto no estacionamento e ainda tenho medo quando vou colocar meu carro lá”*, disse uma professora. E foi seguida por um professor que não economizou nas exclamações: *“Surreal!! Era só o que faltava!! Agora vamos dar aula...preocupados com o que pode acontecer”*. enquanto isso outro dava seu diagnóstico: *“Infelizmente é a realidade do nosso governo corrupto”*. Pensando pragmaticamente, a diretora pede ajuda no grupo: *“Precisamos de indicação de empresas que trabalham com portão eletrônico. Pegar na internet, sem recomendação é muito arriscado. Quem tiver, me encaminhe, por favor!”*.

Ou seja, em breve alguém estaria lucrando vendendo segurança à escola, que por sua vez é administrada com poucos recursos. Mesmo que a diretora e todos ali reconheçam que tem que ser alguém recomendado, de confiança, porque os operadores desse mercado parecem ser mais conhecidos pelos riscos que trazem embutidos do que pela segurança que vendem.

Mesmo assim parecia inexorável a muitos no colégio que a este revés a escola teria que responder com mais fechamento. A partir daquele dia, o portão que dá acesso ao estacionamento passou a ficar fechado por tempo indeterminado, e os membros daquela comunidade escolar passaram a usar o espaço da UERJ para tal fim, por conta de um acordo entre a direção da escola e a administração daquele campus. A UERJ emprega, para usar os termos trabalhados por Amaro, o *controle organizado*, feito através de profissionais que trabalham como guardas.

Assim, parece aos gestores das escolas inexorável que os alunos devem permanecer enclausurados em espaços cada vez mais limitados, e os espaços por onde circulam sendo controlados por trancas, grades, cadeados e chaves. Anita exerce seu ofício com a maior naturalidade. Certa vez, eu conversava no pátio com ela e com o funcionário Roberto, que é contratado por uma empresa através da qual o Estado terceiriza a limpeza da escola. Foi quando falei do meu estranhamento com aquela forma de funcionamento que eles naturalizavam totalmente. E disse que na minha época de aluno, na época de Erasmo, era diferente. Foi quando Roberto me perguntou: “*Mas na sua época não tinha que fazer prova pra estudar aqui?*”. De fato, no final do anos 1980 o ingresso de alunos naquela unidade escolar se dava através daquilo que se chamava “exame de seleção”.

Com este argumento, tanto Roberto quanto Anita estavam tentando me convencer que o *controle mecânico* dos fluxos ali era necessário por um motivo: o perfil dos alunos, no seu entender, mudara radicalmente. Anita me perguntou: “*Você ia lá fora, mas sabia que tinha que voltar, não é?*”. Contra-argumentei que eu estava muito longe de ser um aluno dedicado, tanto que, por vezes, de fato eu não voltava. E que eu tão pouco tinha, naquela época, clara consciência de que estar na escola era um direito que eu deveria estar satisfeito de poder gozar. O Estado era pobre como é agora, e algumas coisas funcionavam precariamente, como agora. As atividades escolares nem sempre se mostravam atraentes diante do que eu e meus amigos desejávamos naquela época. Mas meus interlocutores, por outro lado, se esforçavam bastante para me convencer que o material humano com o qual trabalhavam, que forma o corpo discente da escola, é essencialmente diferente daquele que a escola recebia a três décadas atrás.

Fato é que naqueles tempos havia muito menos escolas públicas ofertando ensino médio para os jovens da cidade de São Gonçalo do que há nos dias atuais. No bairro em que eu vivia, como na maioria dos bairros, não havia. Houve colegas que concluíram na mesma época que eu o Ensino Fundamental e simplesmente não se matricularam em escolas e Ensino Médio, indo direto para o mercado de trabalho. Mas a maioria se submeteu a exames de seleção para concorrer a vagas limitadas nas escolas estaduais, e alguns não foram aprovados. Hoje, quando as regras são outras, a totalidade da rede estadual de ensino oferta o ensino médio para os jovens em todos os bairros. Ninguém precisa fazer o exame de seleção para ingressar em qualquer dessas escolas, e qualquer pessoa tem assegurado o direito de se matricular em uma escola pública nas proximidades de sua residência. Em suma, a oferta de ensino médio se universalizou na rede pública de ensino da cidade de São Gonçalo.

E então o observador Roberto me chama atenção para a enorme faixa que a direção colocou na frente da escola, anunciando que há vagas. Mesmo assim, ele observa, recentemente haviam fechado uma turma na escola, porque havia poucos alunos e a gestão estadual do sistema de ensino decidiu incorporar os poucos alunos de uma turma em outra. Ou seja, temos uma situação em que, invertendo a lógica anterior, onde havia mais candidatos do que vagas naquela escola, nos dias atuais pode haver mais oferta do que demanda por matrículas.

Disso, Anita e Roberto concluem que o modelo de estudante contemporâneo com o qual estão habituados a interagir é o daquele que está enclausurado ali por obrigação, e que por isso seu objetivo geralmente é sabotar o trabalho das pessoas que atuam na manutenção do funcionamento da escola: professores, direção, inspetores, pessoal de limpeza. A escola pública então, seria o lugar onde e contra o qual estes jovens exercem a arte da sabotagem.

## **5. Considerações finais.**



As reflexões de interlocutores como Anita e Roberto são preciosas, em primeiro lugar, não só por conta daquilo que acreditam ser importante me demonstrar, que é necessário e inexorável o trabalho feito nos moldes do *controle mecânico* e suas trancas, uma vez que o material humano por eles cuidado, vigiado, e cujos movimentos controlam, é representado como depositário de muito pouca confiança. Teorias nativas da escola sobre uma suposta desestruturação das famílias também parecem contribuir na construção de suas convicções. Acontece que em processos educativos e de formação de recursos humanos e cidadania é imprescindível que haja confiança, e através daí se produzam sujeitos autônomos e justiça social.

O filósofo e educador Paulo Freire, morto em 1997, mas que continua sendo um pensador de referência para estudos sobre educação e inclusão social no Brasil, também diagnostica o mesmo fatalismo apresentado por Roberto e Anita no meio empírico que observava em suas práticas político-pedagógicas.

A ideologia fatalista, imobilizante, que anima o discurso neoliberal, anda solta no mundo. Com ares de pós-modernidade, insiste em convencer-nos de que nada podemos contra a realidade social que, de histórica e cultural, passa a ser ou a virar “quase natural”. (...) Do ponto de vista de tal ideologia, só há uma saída para a prática educativa: adaptar o educando a esta realidade que não pode ser mudada. (FREIRE: 1996, pp. 21-22)

Nesta chave, quando a escola *se fecha* e adota práticas comuns ao cárcere para realizar o controle dos fluxos da comunidade escolar, estaria adaptando seus educandos para que tipo de vida? Por outro lado, a conversa com estas pessoas que trabalham na escola para permitir que ela funcione permite ver também que aquela escola, no momento em que se tornou um espaço para qualquer jovem da cidade, se consolida como um lugar fechado e de reclusão, bem diferente do que era antes, quando ali só se matriculavam os que eram aprovados no exame de seleção. Estes interlocutores e outros que tenho feito na escola certamente dirão que isso é efeito do alegado aumento da violência, dito assim em abstrato. Mas isso não obscurece o inegável fato de que na medida em que se universaliza a oferta de vagas na escola pública em São Gonçalo e em outros lugares, em alguns aspectos opera em uma lógica cada vez mais distante de objetivos educacionais, se aproximando de motivos penais.

## 6. Referencias Bibliográficas.

AMARO, Marcos Antonio. Arquitetura contra o crime. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 2005.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GUEDES, Simoni L. Jogo de Corpo: um estudo de construção social de trabalhadores. Niterói: EDUFF, 1997.

\_\_\_\_\_. O Brasil no campo de futebol. Niterói: EDUFF, 1998.

GUIMARÃES, Maria Eloisa. Escola, Galeras e Narcotráfico. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

MISSE, Michel. Crime e Violência no Brasil contemporâneo: estudos de sociologia do crime e da violência urbana. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2006

VERISSIMO, Marcos. Batendo de frente na escola: notas etnográficas sobre os processos de construção de subjetividades juvenis entre alunos do ensino médio na rede estadual do Rio de Janeiro. Maceió: Comunicação apresentada na V REA / XIV ABANNE, Julho de 2015.

\_\_\_\_\_. *A marginalização de “jovens” nas periferias do Rio de Janeiro: notas etnográficas sobre práticas e violências nas escolas públicas fluminenses.* Coimbra: IV Congresso da Associação Portuguesa de Antropologia, 2016